



Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor-Fiscal Tributário Municipal I
Área de Especialização Gestão Tributária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA 4

Administração Pública
Economia
Auditoria
Informática Básica
Contabilidade e Finanças Públicas

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

1. Com relação à introdução do paradigma pós-burocrático na administração pública brasileira, considere:

- I. A partir de meados dos anos 1990 houve flexibilização e, posteriormente, ruptura do modelo burocrático, tendo em vista que as organizações públicas abandonaram a racionalidade formal como paradigma de ação.
- II. Apesar de todas as mudanças recentes, as organizações ditas pós-burocráticas ainda estão vinculadas à lógica racional-legal, base do modelo criado por Max Weber.
- III. A organização pós-burocrática teria como principais características a centralização e a estruturação em redes hierarquizadas articuladas por fluxos verticais de informação.
- IV. As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, e estão baseadas na participação, confiança e compromisso de todos em torno de resultados.
- V. O tipo organizacional pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, fortemente preocupados pela formação de consensos baseados no personalismo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
(B) III e V.
(C) I, II e III.
(D) III, IV e V.
(E) I, II, III e IV.

2. Um dos princípios norteadores da reforma do Decreto-lei nº 200 que continuou orientando o processo de modernização do estado brasileiro nas últimas décadas é o

- (A) da centralização dos processos de planejamento, coordenação e implementação das ações governamentais.
- (B) da expansão das empresas estatais e de órgãos da administração direta (secretarias).
- (C) do fortalecimento e expansão do sistema de mérito por meio de concursos públicos.
- (D) da formulação de diretrizes gerais para um plano de carreiras para cargos de nível operacional.
- (E) de reagrupamento de departamentos, divisões e serviços, visando a redução do número de ministérios.

3. O diagnóstico sobre o qual se baseou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995 indicava que

- (A) a centralização fiscal do estado autoritário tinha gerado um excesso de arrecadação que poderia ser utilizado na modernização do aparelho do estado.
- (B) as fases patrimonialistas e burocráticas da administração brasileira estavam superadas, cabendo, então, introduzir um modelo de administração gerencial.
- (C) a predominância do modelo patrimonialista de administração pública poderia ser uma vantagem a ser aproveitada para implantar uma administração do tipo gerencial.
- (D) o caráter incompleto do modelo burocrático exigiria um aperfeiçoamento da profissionalização do estado através da universalização do concurso público para as funções gerenciais.
- (E) o excesso de burocratização da administração pública federal deveria ser corrigida com a terceirização das atividades de planejamento e controle.

4. Uma organização pública que pretende incorporar uma orientação empreendedora em seu planejamento estratégico deve priorizar

- (A) a vinculação entre remuneração individual e produtividade pessoal.
- (B) o desenvolvimento de ações de controle centralizado dos processos administrativos.
- (C) o uso de qualificação formal para obter uma avaliação mais subjetiva do desempenho.
- (D) o alinhamento das expectativas de desempenho individuais com os objetivos organizacionais.
- (E) a conexão das expectativas de desempenho com objetivos pontuais individualizados.

5. Governança, no setor público,

- I. é um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais, de caráter não-governamental.
- II. implica principalmente mecanismos formais, de caráter governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.
- III. refere-se a padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico.
- IV. diz respeito às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os Poderes e o sistema de intermediação de interesses.
- V. é a capacidade do governo para identificar problemas críticos e formular políticas adequadas ao seu enfrentamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
(B) II, III e IV.
(C) I, IV e V.
(D) II, IV e V.
(E) III e V.



6. Embora haja muitas diferenças entre a gestão pública e a privada, ambas
- (A) podem realizar tudo o que não está juridicamente proibido.
 - (B) só podem ser criadas ou alteradas por meio de instrumentos contratuais ou societários.
 - (C) dependem, para continuar existindo, da eficiência organizacional avaliadas pelos cidadãos consumidores.
 - (D) baseiam suas decisões em critérios de racionalidade instrumental.
 - (E) devem prestar contas ao cidadão, enquanto membro da sociedade que possui direitos e deveres.
-
7. A criação e a gestão de redes organizacionais pressupõem
- (A) a formação de capital humano altamente qualificado baseado em conhecimentos técnicos continuamente atualizados.
 - (B) a introdução de equipamentos de última geração baseados em tecnologia *wi-fi*.
 - (C) a interação entre seus membros e a habilidade de construção coletiva fundada na confiança mútua, que caracteriza a presença de capital social.
 - (D) o aperfeiçoamento de cadeias de comando hierarquizado e distribuído de forma matricial.
 - (E) o desenvolvimento de estruturas horizontais de participação e controle social democráticos.
-
8. A política de governo eletrônico de uma organização pública orientada pelo modelo gerencial deve priorizar a
- (A) centralização da gestão dos bancos de dados para aumentar o controle dos processos administrativos.
 - (B) criação de sistemas de bancos de dados intersetoriais visando a obtenção de melhores resultados das políticas transversais.
 - (C) implantação de centros de custos visando a racionalização e redução de gastos.
 - (D) modernização dos sistemas de gestão de recursos humanos orientado para um maior controle da qualificação dos servidores.
 - (E) expansão de plataformas interativas, visando a maior participação dos cidadãos no processo decisório.
-
9. No exercício do controle interno, o gestor público
- (A) pode anular seus atos apenas quanto ao mérito, isto é, quando não houver harmonia entre os objetivos pretendidos e o resultado do ato.
 - (B) não pode declarar a nulidade de seus próprios atos porque deles se originam direitos.
 - (C) pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, independentemente de quaisquer direitos adquiridos.
 - (D) deve alterar seus procedimentos sempre que houver ilegalidade, mas não seus efeitos.
 - (E) pode rever seus próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
-
10. Para impedir a imoralidade de um ato administrativo que se esconde sob a aparência de legalidade, deve-se
- (A) identificar se o ato administrativo deriva de comportamento discricionário por parte do agente público.
 - (B) detalhar os critérios formais de controle da legalidade dos atos administrativos.
 - (C) aperfeiçoar os instrumentos de controle dos fluxos de comunicação entre os servidores do órgão.
 - (D) analisar se o motivo e o objeto da ação são compatíveis com o interesse público específico identificado.
 - (E) investir em políticas de remuneração vinculadas ao desempenho dos servidores.



ECONOMIA

11. Em uma economia, o valor do Produto Nacional Líquido foi maior que o do Produto Interno Bruto, ambos medidos a preços de mercado. Nessa economia, necessariamente, o valor
- (A) da renda enviada para o exterior foi maior que o da recebida.
 - (B) da depreciação foi igual a zero, ou seja, o estoque de capital da economia não se desgastou no período.
 - (C) dos impostos indiretos líquidos dos subsídios foi superior ao da renda líquida enviada para o exterior.
 - (D) da renda líquida recebida do exterior foi superior ao da depreciação.
 - (E) dos impostos diretos foi superior ao da renda líquida recebida do exterior.

12. Em um país hipotético, o PIB nominal, em bilhões de unidades monetárias, e o índice geral de preços (IGP) são os apresentados na tabela a seguir:

Ano	PIB nominal	IGP
2006	1.000,00	100,00
2007	1.070,00	106,00
2008	1.123,50	109,18
2009	1.150,00	115,00
2010	1.207,50	121,90

Para este país,

- (A) entre 2006 e 2007, o PIB apresentou variação real negativa.
- (B) a partir de 2008, houve crescimento real ininterrupto do PIB.
- (C) os valores do PIB em 2006 e 2009 são equivalentes, ambos medidos a preços de 2009.
- (D) em 2010, o PIB apresentou crescimento real comparativamente a 2009.
- (E) a partir de 2007, houve recessão na economia em termos nominais.

13. Foram extraídos os seguintes dados, em milhões de reais, referentes às Contas Nacionais do Brasil em um determinado ano-calendário:

Consumo Final.....	2.666.752
Exportação de Bens e Serviços.....	355.653
Consumo Intermediário.....	2.686.362
Formação Bruta de Capital Fixo	585.317
Variação de Estoques (negativa).....	(7.471)
Produto Interno Bruto a preços de mercado	3.239.404

O valor da importação de bens e serviços, em milhões de reais, nesse mesmo ano, correspondeu a

- (A) 360.847.
- (B) 375.789.
- (C) 380.457.
- (D) 353.376.
- (E) 351.479.

14. Uma determinada economia fez as seguintes transações com o exterior no ano corrente, medidas em milhões de dólares americanos:

Exportações de Mercadorias (FOB)	1.950
Amortizações de empréstimos contraídos.....	870
Fretes e seguros líquidos pagos.....	230
Importação de Mercadorias (FOB)	1.890
Juros líquidos pagos.....	520
Empréstimos líquidos contraídos.....	1.200
Investimentos diretos recebidos	2.100
Remessas de lucros líquidas.....	980
Transferências unilaterais correntes líquidas recebidas.....	350

O volume, em milhões de dólares americanos, de reservas internacionais dessa economia

- (A) diminuiu 1.320.
- (B) aumentou 1.110.
- (C) diminuiu 1.730.
- (D) aumentou 2.430.
- (E) diminuiu 1.260.

15. A taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais

- (A) tem relação direta com o volume do agregado monetário M2.
- (B) não interfere no volume dos meios de pagamento em qualquer dos seus conceitos.
- (C) altera a proporção do papel moeda mantido em poder do público e a velocidade de circulação da moeda.
- (D) tem relação direta com o agregado monetário M4.
- (E) tem relação inversa com o agregado monetário M1.

16. Em um modelo keynesiano simplificado de uma economia fechada, onde o investimento é suposto autônomo e igual a 200, as funções poupança (S) e tributação (T) são dadas por:

$$S = -50 + 0,2 Y_d$$

$$T = 80 + 0,25 Y$$

onde Y_d e Y representam, respectivamente, a renda disponível e a renda da economia.

Se a renda de equilíbrio desse modelo é 1.215, então, os Gastos do Governo, também supostos autônomos, correspondem a

- (A) 315.
- (B) 275.
- (C) 320.
- (D) 300.
- (E) 285.



17. Tudo o mais constante, no modelo keynesiano simples em que a tributação e a importação de bens e serviços são funções do nível de renda da economia, o multiplicador dos gastos do governo
- (A) diminui se a propensão marginal a consumir aumenta.
 (B) é uma função decrescente da propensão marginal a tributar.
 (C) é menor que o valor do multiplicador dos investimentos privados.
 (D) é uma função crescente da propensão marginal a poupar.
 (E) está correlacionado positivamente com o multiplicador dos meios de pagamento.
-
18. De acordo com a teoria keynesiana, a demanda por investimentos
- (A) é função decrescente da renda da economia.
 (B) aumenta quando, devido à contração da oferta monetária, a taxa de juros da economia se eleva.
 (C) está positivamente correlacionada com as expectativas dos empresários quanto ao crescimento da economia.
 (D) aumenta quando a demanda de moeda é totalmente inelástica em relação à taxa de juros e o Governo aumenta seus gastos sem correspondente aumento da tributação.
 (E) diminui quando a demanda de moeda é infinitamente elástica em relação à taxa de juros e o Banco Central aumenta a oferta monetária.
-
19. Considere uma economia cuja demanda por investimentos é inelástica à taxa de juros e em que haja desemprego involuntário de mão de obra. Neste caso,
- (A) o produto e a renda se expandirão em resposta a políticas fiscais expansionistas.
 (B) a renda *per capita* da economia está fadada ao declínio contínuo.
 (C) não há a possibilidade do surgimento de inflação de demanda.
 (D) a política monetária é ineficaz para alterar a taxa de juros.
 (E) a compra de títulos públicos pelo Banco Central reduz o desemprego da economia.
-
20. Sobre o equilíbrio no mercado monetário, é correto afirmar:
- (A) A demanda por moeda é função crescente da proporção do papel moeda mantido em poder do público.
 (B) Oferta e demanda de moeda somente se igualam quando o multiplicador da base monetária corresponde ao inverso da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.
 (C) A oferta monetária tem relação negativa com a taxa de juros, visto que quanto menor a taxa de juros, mais títulos públicos são ofertados pelo Tesouro Nacional e mais meios de pagamentos se encontram à disposição do público.
 (D) O mercado monetário se encontra em equilíbrio sempre que a totalidade da base monetária se encontra em poder do público e destinada a suprir suas necessidades de transação.
 (E) Quanto menor a taxa de juros, maior a demanda por moeda, visto que a taxa de juros representa um custo de oportunidade de manter o dinheiro fora do mercado financeiro.
-
21. Em uma economia fechada que pretenda reduzir as pressões inflacionárias, uma das medidas de política econômica indicada é
- (A) reduzir os gastos de custeio do governo.
 (B) comprar títulos públicos no mercado aberto.
 (C) reduzir simultaneamente a tributação e a taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.
 (D) reduzir a taxa de redesconto e extinguir a tributação sobre a renda das pessoas físicas.
 (E) adotar um tabelamento da taxa de juros.
-
22. Em uma economia fechada, a eficácia da política monetária
- (A) será tanto maior quanto menor a elasticidade dos investimentos à taxa de juros.
 (B) será tanto maior quanto maior a elasticidade da demanda de moeda à taxa de juros.
 (C) independe da elasticidade dos investimentos à taxa de juros.
 (D) independe da elasticidade da demanda de moeda à taxa de juros.
 (E) será tanto menor quanto menor a elasticidade dos investimentos e quanto maior a elasticidade da demanda de moeda, ambas em relação à taxa de juros.
-
23. Em uma economia fechada cuja demanda por moeda seja inelástica à taxa de juros e em que haja desemprego involuntário de mão de obra, uma expansão dos gastos do governo provoca
- (A) a redução simultânea da taxa de juros e da renda.
 (B) a elevação simultânea da taxa de juros e do produto.
 (C) uma alteração na composição da demanda agregada, substituindo gastos privados por gastos públicos.
 (D) um aumento da oferta agregada na mesma proporção da demanda agregada, respeitando a Lei de Say.
 (E) a diminuição da taxa de desemprego, apesar da elevação da taxa de juros.
-
24. Considere as seguintes afirmações:
- I. A Curva de Phillips expressa uma relação positiva de longo prazo entre inflação e desemprego, a qual decorre da falta de inovação tecnológica nas economias subdesenvolvidas.
 II. A rigidez de salários nominais é uma das hipóteses adotadas na construção do modelo de oferta agregada de curto prazo cuja inclinação é positiva.
 III. Se considerarmos uma economia com curva de oferta agregada perfeitamente elástica em relação ao nível de preços, uma elevação dos gastos do governo não alterará o nível geral de preços.
 IV. Se a oferta agregada de uma economia tem elasticidade positiva e finita em relação ao nível de preços, as políticas fiscal e monetária são ineficientes para elevar o produto de curto prazo da economia caso haja desemprego involuntário de mão de obra.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 (B) II e III.
 (C) I e IV.
 (D) II e IV.
 (E) III e IV.



25. Em uma economia aberta cuja renda de equilíbrio é menor que a renda de pleno emprego no curto prazo,
- (A) o regime cambial adotado não afeta a eficácia da política monetária.
 - (B) o regime cambial adotado afeta tão somente a eficácia da política fiscal.
 - (C) no regime de câmbio fixo e perfeita mobilidade de capitais, as políticas fiscal e monetária são equivalentes para eliminar o desemprego.
 - (D) o grau de mobilidade do capital interfere na eficácia das políticas monetária e fiscal, dado um regime cambial adotado.
 - (E) no regime de câmbio flexível e perfeita mobilidade de capitais, as políticas monetária e fiscal são equivalentes para expandir o nível de renda.

26. Na implantação do Plano Real, a política cambial
- (A) adotada foi de câmbio flexível e não teve qualquer papel no processo de estabilização da moeda.
 - (B) funcionou como principal instrumento para que o governo promovesse a redistribuição de renda e com isso estimulasse a demanda doméstica.
 - (C) adotada foi de câmbio fixo para eliminar o desequilíbrio da balança comercial e com isso diminuir os dispêndios públicos com o serviço da dívida externa.
 - (D) permitiu a entrada de bens importados a preços competitivos capazes de amenizar pressões de demanda.
 - (E) não pôde ser adotada como âncora nominal do programa, visto que o país dispunha de um baixo volume de reservas internacionais.

Instrução: Para responder às questões de números 27 e 28, sobre a aplicação do modelo de Solow a uma economia, considere as informações a seguir:

Função de produção: $y = k^{1/2}$

Taxa de poupança: $s = 30\%$

onde:

y = produto por trabalhador

k = estoque de capital por trabalhador

s = proporção da poupança por trabalhador em relação ao produto por trabalhador = taxa de poupança

27. Se, no estado estacionário, o estoque de capital por trabalhador for igual a 36, a taxa de depreciação dessa economia será igual a
- (A) 4%.
 - (B) 5%.
 - (C) 8%.
 - (D) 10%.
 - (E) 2%.

28. A taxa de poupança que maximiza o consumo por trabalhador (regra de ouro) nessa economia é igual a
- (A) 60%.
 - (B) 40%.
 - (C) 75%.
 - (D) 45%.
 - (E) 50%.

29. Em relação ao modelo de consumo com restrição orçamentária intertemporal, é correto afirmar:

- (A) O valor absoluto da declividade da reta de restrição orçamentária é $1/(1+r)$, onde r é a taxa real de juros.
- (B) Uma elevação da renda do consumidor, tudo o mais constante, provoca aumento do consumo apenas no primeiro período.
- (C) Se o consumidor é um poupador no primeiro período, um aumento da taxa de juros, tudo o mais constante, diminui o seu consumo no segundo período.
- (D) A existência de restrições de crédito ao consumidor invalida a tese keynesiana de que o consumo é função somente da renda corrente.
- (E) O consumidor atinge o ponto ótimo nesse modelo quando a inclinação de sua curva de indiferença intertemporal é maior que a da reta de restrição orçamentária.

30. Na teoria macroeconômica, a proposição de que o aumento dos gastos do Governo ou a redução da tributação não estimulam o crescimento da renda na economia, porque os consumidores poupam mais antecipando um futuro aumento de impostos para cobrir o *déficit* atual, é denominada

- (A) paradoxo da parcimônia.
- (B) igualdade de Fisher.
- (C) equivalência ricardiana.
- (D) dicotomia marshalliana.
- (E) histerese do consumo.

AUDITORIA

31. O auditor da empresa Omega S.A. constatou que os valores registrados em Contas a Receber no Circulante tinham seus valores ajustados a valor presente e que os valores registrados em Contas a Receber, no Não Circulante, apresentavam os seus valores sem o ajuste a valor presente. Essa situação poderia ser validada pelo auditor

- (A) se as vendas registradas no curto prazo forem feitas com as mesmas condições de venda a vista e no longo prazo as vendas não causarem ajustes relevantes.
- (B) visto que as contas a receber registradas no Circulante devem ser sempre ajustadas a valor presente e as registradas no Não Circulante não podem ser ajustadas.
- (C) se os contas a receber no Circulante e no Não Circulante possuírem encargos financeiros embutidos que gerem ajustes significativos.
- (D) visto que não há regra para realização do ajuste a valor presente, podendo a entidade avaliar o impacto nas demonstrações contábeis.
- (E) se os valores registrados no contas a receber forem significativos e os valores registrados no Não Circulante não tiverem encargos financeiros embutidos.



<p>32. No processo de Auditoria, o auditor</p> <p>(A) não pode ter certeza da integridade da informação, embora tenha executado os procedimentos de auditoria para obter certeza de que todas as informações relevantes foram obtidas.</p> <p>(B) pode, tendo aplicado os procedimentos de auditoria, atestar a integridade da informação, mas não pode se eximir de certificar, por meio de seu relatório, a exatidão das demonstrações contábeis.</p> <p>(C) não deve atestar a integridade das informações contábeis, das notas explicativas e dos demais relatórios publicados pela empresa, enquanto não obtiver uma carta da administração atestando as demonstrações em conjunto.</p> <p>(D) deve, em conjunto com a administração, atestar que todos os processos, riscos e possibilidades de fraudes foram avaliadas e ter a certeza da integridade da informação.</p> <p>(E) pode, após ter executado todos os testes, ter a certeza da integridade da informação atestando todas as demonstrações contábeis exigidas em seu parecer de auditoria.</p>	<p>36. A independência do auditor externo da empresa Aquisição S.A. é comprometida pelas situações:</p> <p>I. A empresa Aquisição S.A. comprou a empresa Ágile S.A.. A firma de auditoria da adquirente é a mesma que realizou os trabalhos de <i>due diligence</i> da empresa Aquisição S.A. e de consultoria tributária no ano da aquisição para a empresa Ágile.</p> <p>II. O diretor financeiro da empresa Ágile S.A. é primo em segundo grau do diretor presidente da empresa Aquisição S.A.</p> <p>III. A firma de auditoria indica escritórios de advocacia para a empresa Aquisição S.A. em suas contingências tributárias.</p> <p>Afeta a independência do auditor externo o que consta em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>
<p>33. NÃO é uma atividade da função da auditoria interna:</p> <p>(A) o monitoramento do controle interno.</p> <p>(B) o exame das informações contábeis e operacionais.</p> <p>(C) a aprovação do relatório de auditoria externa.</p> <p>(D) a avaliação do processo de governança.</p> <p>(E) a gestão de risco.</p>	<p>37. O auditor, ao avaliar os ativos financeiros da empresa <i>ManagerRisk S.A.</i>, constata que uma aplicação financeira que seria mantida até o vencimento foi resgatada parcialmente durante a vigência. O auditor verifica a forma de valoração do ativo efetuada pela empresa e evidencia que a empresa está apropriando o valor dos rendimentos pelo custo amortizado. Nessa situação, o auditor deve</p> <p>(A) validar o registro, uma vez que o reconhecimento do valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento deve ser efetuado pelo custo amortizado.</p> <p>(B) aceitar o registro, uma vez que o reconhecimento do valor dos ativos financeiros, ainda que resgatado antecipadamente, deve ser efetuado pelo valor justo representado pelo valor do custo amortizado.</p> <p>(C) recomendar o ajuste na contabilidade, em decorrência da mudança das intenções com relação ao ativo, reconhecendo-o pelo valor justo.</p> <p>(D) estabelecer que o valor da baixa parcial seja feito pelo valor justo e manter o critério de custo amortizado para o valor residual da aplicação.</p> <p>(E) determinar que o valor da baixa parcial seja feito pelo valor de custo e alterar o critério para valor justo para o valor residual da aplicação.</p>
<p>34. A estratificação da amostra pode ser útil quando</p> <p>(A) houver uma grande amplitude nos valores dos itens a serem selecionados.</p> <p>(B) for identificada uma linearidade nos valores dos itens a serem selecionados.</p> <p>(C) for pequeno o número de itens que compõe a amostra.</p> <p>(D) superar a 100 unidades a quantidade de itens que compõe a amostra.</p> <p>(E) existir risco de mais de 10% da amostra conter erros.</p>	
<p>35. O aumento no uso de procedimentos substantivos no processo de auditoria para confirmação dos saldos do contas a receber da empresa Financia S.A.</p> <p>(A) possibilita um aumento da amostra.</p> <p>(B) causa uma diminuição da amostra.</p> <p>(C) não influencia no tamanho da amostra.</p> <p>(D) exige a estratificação da amostra.</p> <p>(E) obriga que a amostra seja aleatória.</p>	



38. A empresa Control Service S.A. foi constituída em novembro de 2011. Como é uma empresa de alta tecnologia imediatamente fechou dez contratos para pagamentos em três parcelas, com vencimento da primeira parcela para 30 de janeiro de 2012, no valor de R\$ 24.000.000,00. Seus contratantes, com o objetivo de prestar contas a matriz, da utilização do orçamento previsto para 2011 solicitaram que a empresa Control faturasse 100% das parcelas em dezembro de 2011. O cronograma da prestação dos serviços estava previsto para ser executado em 12 meses, a iniciar em 01 de janeiro de 2012. Dessa forma, para que o auditor externo valide as demonstrações financeiras de 2011, a empresa deverá registrar o fato a:

A	D: Bancos	R\$ 24.000.000,00
	C: Receitas de Vendas	R\$ 24.000.000,00

B	D: Banco	R\$ 24.000.000,00
	C: Ajustes Patrimoniais	R\$ 24.000.000,00

C	D: Bancos	R\$ 24.000.000,00
	C: Receitas de Vendas	R\$ 1.000.000,00
	C: Receitas de Vendas Diferidas	R\$ 23.000.000,00

D	D: Bancos	R\$ 24.000.000,00
	C: Adiantamento de Clientes	R\$ 24.000.000,00

E	D: Bancos	R\$ 24.000.000,00
	C: Receitas de Vendas	R\$ 8.000.000,00
	C: Receitas de Vendas Diferidas	R\$ 16.000.000,00

39. A empresa brasileira Torucha S.A. elaborou as demonstrações contábeis de 2011, consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas, usando o método de equivalência patrimonial. Dessa forma, o auditor ao emitir seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis deve
- (A) elaborar parágrafo de ênfase, evidenciando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ressaltando que neste aspecto não atendem às normas internacionais de contabilidade: IFRS.
- (B) emitir parecer sem ressalva, uma vez que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; como essas práticas refletem os pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade: IFRS.
- (C) abster-se de opinar em seu relatório de auditoria, uma vez que as práticas adotadas no Brasil divergem dos pronunciamentos emanados pelas normas internacionais de contabilidade: IFRS.
- (D) emitir um relatório de auditoria, com limitação de escopo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil divergem dos pronunciamentos emanados pelas normas internacionais de contabilidade: IFRS.
- (E) emitir um parecer adverso, ressaltando que as demonstrações contábeis não atendem às normas internacionais de contabilidade: IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

40. A empresa exportatudo S.A. tem em suas operações instrumentos financeiros derivativos de *hedge* de moeda para cobertura de sua exposição cambial. Apesar de enquadrar-se na condição para contabilização pelo método de *hedge accounting* não o aplica. Dessa forma, deve o auditor externo

- (A) avaliar o impacto e verificar se o procedimento afeta representativamente o resultado, ressaltando o relatório de auditoria.
- (B) emitir relatório de auditoria, condicionando sua avaliação aos reflexos que o referido procedimento causaria às demonstrações contábeis.
- (C) abster-se de emitir opinião em virtude da relevância que o procedimento causa nas demonstrações contábeis das empresas de forma geral.
- (D) ressaltar e enfatizar, no relatório de auditoria, os efeitos que o referido procedimento causa às demonstrações financeiras auditadas.
- (E) verificar se o procedimento está divulgado em nota explicativa e emitir relatório de auditoria sem ressalva, uma vez que esse procedimento é opcional.

41. A carta de responsabilidade da administração da empresa auditada responsabiliza

- (A) a diretoria executiva.
- (B) o conselho de administração.
- (C) a governança e a administração.
- (D) a diretoria financeira e a de controladoria.
- (E) o conselho de administração e o conselho fiscal.

42. A empresa Resistente S.A. não concordou em apresentar a carta de responsabilidade da administração. Nesse caso, o auditor

- (A) deve aceitar o trabalho, estabelecendo a limitação de escopo e evidenciando a recusa no relatório da auditoria.
- (B) não deve aceitar o trabalho a menos que seja exigido por lei ou regulamento.
- (C) deve ressaltar o parecer, apresentando nota de ênfase em qualquer situação.
- (D) não deve aceitar o trabalho, em qualquer situação, ainda que exigido por lei.
- (E) deve denunciar a empresa aos órgãos competentes e recusar a auditoria.



43. A empresa Delta Petróleo S.A. está encerrando, em fevereiro de 2012, o processo de auditoria de suas demonstrações financeiras pertinentes ao ano de 2011. Os trabalhos da auditoria estão em fase de finalização e a empresa informa ao mercado a ocorrência de um grande vazamento que afetará a continuidade de suas operações no Brasil, uma vez que a multa recebida inviabiliza a empresa. Nesse caso, o auditor deve

- (A) manter o seu relatório de auditoria, evidenciando em notas explicativas a descontinuidade.
- (B) abster-se de emitir opinião, uma vez que conjuntamente a situação da empresa se modificou, alterando todo o planejamento da auditoria.
- (C) ressaltar o parecer, evidenciando a possibilidade de descontinuidade e mantendo as demonstrações financeiras.
- (D) exigir da empresa a elaboração de demonstrações contábeis específicas para atender às demonstrações exigidas nessa situação de descontinuidade.
- (E) emitir relatório de auditoria com abstenção de opinião por não ter tempo hábil para reconduzir a auditoria para uma demonstração financeira pelos critérios de realização dos ativos e passivos.

44. A empresa Terceserv S.A. possui prejuízos fiscais decorrentes de resultados negativos apurados nos últimos dois anos no valor de R\$ 1.000.000,00. Opera em mercado extremamente competitivo e não há por parte da administração expectativa de obtenção de lucros nos próximos 5 anos. A empresa aposta na qualidade dos serviços prestados para superar a concorrência e começar a gerar lucro. Como não há prescrição do crédito tributário, a empresa constituiu provisão ativa para reconhecimento do crédito. Nesse caso, o auditor externo deve

- (A) solicitar que a empresa reverta o lançamento, caso a empresa não atenda ressaltar o relatório de auditoria.
- (B) manter o lançamento, uma vez que o crédito é devido, e emitir relatório de auditoria sem ressalva ou ênfase.
- (C) recomendar que seja apropriado parte para o resultado do período, uma vez que o benefício já é devido, e emitir relatório de auditoria sem ressalva.
- (D) ressaltar o relatório de auditoria, mesmo que o valor seja irrelevante, uma vez que a empresa infringe regra contábil e fiscal.
- (E) abster-se de emitir o relatório de auditoria, em virtude de não atender aos pronunciamentos contábeis vigentes.

45. O auditor ao verificar na folha de pagamentos se as verbas pertinentes ao FGTS e INSS foram calculadas adequadamente, atendendo a legislação trabalhista, realiza o procedimento de cálculo e

- (A) observação.
- (B) indagação.
- (C) investigação.
- (D) fiscalização.
- (E) inspeção.

INFORMÁTICA BÁSICA

46. Na rede do *MS Windows*,

- (A) é possível acessar arquivos e impressoras presentes em outros computadores da mesma rede, desde que seus donos ativem o compartilhamento.
- (B) é possível acessar todos os arquivos e todas as impressoras presentes em outros computadores da mesma rede, mesmo que seus donos não ativem o compartilhamento.
- (C) é possível acessar todos os arquivos presentes em outros computadores da mesma rede, mesmo que seus donos não ativem o compartilhamento e as impressoras que foram compartilhadas.
- (D) não é possível acessar arquivos presentes em outros computadores da mesma rede, apenas as impressoras que foram compartilhadas pelos seus donos.
- (E) não é possível acessar arquivos ou impressoras presentes em outros computadores da mesma rede. Estes recursos são disponibilizados apenas pelos servidores centrais de rede.

47. No *MS Windows Vista*, para exibir a fila de impressão remota caso o ícone de impressora não esteja visível na área de notificação, deve-se clicar no botão Iniciar, em

- (A) Configurações de Impressoras e selecionar a impressora da lista clicando duas vezes.
- (B) Painel de Controle, em *Hardware* e Som e em Impressoras, e selecionar a impressora da lista clicando duas vezes.
- (C) Rede e em Impressoras, e selecionar a impressora da lista clicando duas vezes.
- (D) Computador e em Impressoras, e selecionar a impressora da lista clicando duas vezes.
- (E) Rede, em Compartilhamento e Redes e em Impressoras, e selecionar a impressora da lista clicando duas vezes.

48. O *MS Word*

- (A) é apenas um editor de textos, não permitindo a edição de figuras e tabelas.
- (B) não permite a construção automática de uma tabela de conteúdo para um documento.
- (C) possui recursos de correção ortográfica e correção gramatical.
- (D) permite a construção de *slides* com transições sofisticadas.
- (E) permite formatação condicional do documento, atribuindo-se fontes e cores de acordo com o seu conteúdo.



49. O MS Excel permite que dados sejam introduzidos em planilhas e processados por fórmulas. As fórmulas
- (A) são equações que computam apenas funções matemáticas pré-definidas.
 - (B) são expressas por uma sequência de símbolos alfanuméricos, sempre terminando com o símbolo =.
 - (C) são equações que recebem como entrada apenas valores numéricos e datas.
 - (D) são equações que executam cálculos, recebendo como entrada funções, operadores, referências e constantes.
 - (E) sempre tem um resultado numérico.
-
50. No MS PowerPoint, podem ser utilizados modelos prontos ou criados modelos novos. Para editar ou criar um novo modelo deve-se abrir a guia
- (A) Editor de modelo e preencher um ou mais slides modelo.
 - (B) Arquivo, clicar em Modelos e preencher um ou mais slides modelo.
 - (C) Arquivo, clicar em Salvar como e selecionar o formato Modelo de apresentação.
 - (D) Exibir, clicar em Modelo de apresentação e preencher um ou mais slides modelo.
 - (E) Exibir, clicar em Slide mestre e editar o slide mestre da apresentação e os leiautes associados.
-
51. Dispositivos de entrada e saída possibilitam introduzir dados externos ao computador para processamento e apresentar dados processados pelo computador. Alguns dispositivos efetuam ambos papéis, servindo de dispositivo de entrada e saída. Um exemplo destes dispositivos é
- (A) a tela sensível ao toque.
 - (B) o leitor de código de barras.
 - (C) o mouse ótico.
 - (D) o scanner.
 - (E) a webcam.
-
52. Os dispositivos ou mídias de armazenamento são capazes de armazenar informações para posterior uso e processamento eletrônico. Dentre as mídias, dispositivos e tecnologias utilizadas para o armazenamento de informações NÃO se inclui o
- (A) pendrive.
 - (B) código de barras.
 - (C) barramento de memória.
 - (D) RFID.
 - (E) código QR.
-
53. Sobre placas de redes (dispositivos de entrada e saída de computadores), considere:
- I. Dois tipos de placas são as de padrão *Token Ring* e *Ethernet*. Cada placa de rede possui um endereço físico único para seu endereçamento chamado de *MAC Address*.
 - II. As placas de rede possuem conectores BNC para a utilização com cabos coaxiais e/ou conectores RJ45 que possibilitam a utilização de cabos de par trançado.
 - III. Devido às altas taxas de transferência e ao baixo custo, as placas de padrão *Token Ring* e *Wi-fi* estão cada vez mais dominando o mercado e deixando de lado o padrão *Ethernet*.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.
-
54. O sistema hierárquico e distribuído de gerenciamento de nomes utilizado por computadores conectados à Internet, que é utilizado para a resolução ou conversão de nomes de domínios como arpanet.com em endereços IP como 173.254.213.241, é chamado de
- (A) Gateway.
 - (B) DNS.
 - (C) Roteador.
 - (D) Switch.
 - (E) HTTP.
-
55. Atualmente, é possível a utilização de serviços de correio eletrônico por meio da Internet, os chamados *webmails*. Para usar este tipo de serviço, o computador do usuário necessita apenas de um navegador e conexão com a Internet, não sendo necessária a instalação de outros programas. Porém, alguns serviços de *webmail* possibilitam que se utilize programas tradicionais como *Thunderbird* ou *Outlook Express* para a leitura e envio de *e-mails*, pois disponibilizam acesso a servidores
- (A) DNS e NTP.
 - (B) IMAP e UDP.
 - (C) HTTP e FTP.
 - (D) POP3 e SMTP.
 - (E) UDP e TCP.



56. Sobre vírus, considere:

- I. Um vírus de celular pode propagar-se de telefone para telefone através da tecnologia *bluetooth* ou da tecnologia MMS (*Multimedia Message Service*).
- II. Para proteger o computador da infecção por vírus é recomendável desabilitar, no programa leitor de *e-mails*, a autoexecução de arquivos anexados às mensagens.
- III. Para proteger o telefone celular da infecção por vírus é recomendável aplicar todas as correções de segurança (*patches*) que forem disponibilizadas pelo fabricante do aparelho.
- IV. Todos os vírus são programas independentes que não necessitam de um programa hospedeiro para funcionar e são carregados na memória RAM automaticamente quando o computador é ligado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

57. Considere a frase a seguir.

Na criptografia ^I....., um emissor codifica seu documento com a chave ^{II}..... da pessoa que receberá a mensagem. O texto codificado apenas poderá ser decodificado pelo ^{III}....., pois, somente ele tem a chave ^{IV}..... relacionada à chave ^V..... que originou o texto cifrado.

As lacunas I, II, III, IV e V devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) assimétrica, privada, emissor, pública e privada.
- (B) simétrica, pública, emissor, privada e pública.
- (C) assimétrica, pública, destinatário, privada e pública.
- (D) simétrica, privada, destinatário, pública e privada.
- (E) de chaves públicas, privada, destinatário, pública e privada.

58. No texto a seguir:

A assinatura digital é o resultado da aplicação de uma função matemática que gera uma espécie de impressão digital de uma mensagem. O primeiro passo no processo de assinatura digital de um documento eletrônico é a aplicação dessa função, que fornece uma sequência única para cada documento conhecida como "resumo".

a função matemática citada é mais conhecida como função

- (A) de Hash.
- (B) quadrática.
- (C) de Euler.
- (D) binária.
- (E) quântica.

59. Sobre o *backup* de informações em uma organização, é correto afirmar:

- (A) Para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração apenas a importância da informação e o nível de classificação utilizado.
- (B) É recomendável fazer *backup* com frequência apenas dos dados e arquivos executáveis de um sistema computacional.
- (C) Os *backups* devem ser mantidos no mesmo local físico da localidade de armazenamento dos dados originais.
- (D) A frequência para a realização dos *backups* nada tem a ver com a periodicidade em que os dados são alterados.
- (E) Os testes de restauração (*restore*) devem ser periódicos com o objetivo de garantir a qualidade dos *backups*.

60. Em uma rede com topologia estrela, todas as máquinas se ligam em um mesmo dispositivo central que fecha a conexão entre todos os nós da rede. O dispositivo central que analisa os pacotes que chegam e gerencia sua distribuição, enviando-os somente para a máquina de destino, é conhecido como

- (A) *hub*.
- (B) *backbone*.
- (C) *access point*.
- (D) *switch*.
- (E) barramento.

**CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS****Contabilidade Geral**

61. Sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, considere:

- I. As autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, conseqüentemente, mudar a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral.
- II. A avaliação da administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas é uma das necessidades comuns da maioria dos usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.
- III. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos.
- IV. Comparabilidade é a característica qualitativa que define o uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

62. Em relação à avaliação dos elementos patrimoniais, considere:

- I. O valor contábil de um terreno de R\$ 300.000,00, cujo teste de *impairment* indicou valor justo líquido da despesa de venda de R\$ 290.000,00 e valor em uso de R\$ 280.000,00, deve ser reduzido em R\$ 20.000,00.
- II. As obrigações de curto prazo com fornecedores devem ser ajustadas ao seu valor presente, quando houver efeito relevante.
- III. Uma patente adquirida que expira em 10 anos e com valor residual igual a zero gera despesa de amortização de 10% do seu valor de aquisição em cada ano, se a empresa utilizar o método linear de amortização.
- IV. O investimento em controlada, que representa participação no capital votante de 60% e no capital social de 50%, deve ser aumentado em R\$ 60.000,00 se a investida tiver apurado lucro no exercício de R\$ 100.000,00.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

63. Na Demonstração de Resultados do Exercício,

- (A) o Imposto Predial e Territorial Urbano é classificado como Despesas Financeiras.
- (B) os custos de transação da emissão de ações subscritas e integralizadas reduzem o resultado do exercício.
- (C) o Imposto sobre Produtos Industrializados é classificado como Despesas com Vendas.
- (D) o valor da receita bruta corresponde à entrada de caixa referente às vendas da empresa no período.
- (E) o custo dos produtos vendidos contém o valor da depreciação de máquinas da fábrica alocado à produção vendida no período.

64. Considere os itens patrimoniais, a seguir, de uma sociedade anônima de capital aberto:

- I. Ações de outras empresas em que não há intenção de vendas.
 - II. Ações adquiridas de sua própria emissão.
 - III. Financiamento a ser pago em 15 meses após a data do Balanço Patrimonial.
- I, II e III são classificados, respectivamente, como
- (A) ativo circulante, ativo não circulante – aplicação financeira e passivo não circulante.
 - (B) ativo não circulante – investimentos, patrimônio líquido e passivo não circulante.
 - (C) ativo não circulante – investimentos, patrimônio líquido e passivo circulante.
 - (D) ativo realizável a longo prazo, ativo não circulante – investimentos e passivo não circulante.
 - (E) ativo não circulante - aplicação financeira, ativo não circulante – investimentos e passivo não circulante.

65. A empresa Alfa, sociedade anônima de capital aberto, possui 30% de participação no capital social de uma empresa coligada (empresa Gama). Durante o exercício financeiro de X1, a investida obteve Lucro Líquido de R\$ 100.000,00, distribuiu Dividendos no valor de R\$ 20.000,00 e teve o saldo da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial aumentado em R\$ 10.000,00. Em decorrência deste investimento, a empresa Alfa, em X1,

- (A) teve uma variação no saldo da conta Investimento em Coligadas referente à empresa Gama de R\$ 24.000,00.
- (B) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 6.000,00.
- (C) teve seu patrimônio líquido aumentado em R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu receita de equivalência patrimonial no valor de R\$ 30.000,00.
- (E) manteve o valor do investimento avaliado pelo custo de aquisição.

66. No reconhecimento inicial, NÃO compõe o custo de um item do ativo imobilizado os

- (A) impostos não recuperáveis sobre a compra.
- (B) custos de fretes e manuseio.
- (C) custos de montagem.
- (D) custos de preparação do local de instalação.
- (E) custos com a promoção de produtos gerados por tal ativo.



67. Em 30/12/X1, a empresa Beta, sociedade anônima de capital aberto, fez uma captação de recursos, via debêntures, cujo valor de emissão foi R\$ 2,2 milhões com taxa de juros anual contratada de 5,0% e com prazo de 10 anos. Para isso, incorreu em custos de transação no montante de R\$ 100 mil pagos em 30/12/X1. Todavia, dadas as condições vantajosas em relação ao mercado, houve prêmio na emissão das debêntures de R\$ 200 mil. Com base nessas informações, a empresa Beta reconheceu, em 30/12/X1,

- (A) passivo de R\$ 2,3 milhões.
- (B) receita financeira de R\$ 200 mil.
- (C) reserva de capital de R\$ 200 mil.
- (D) ativo de R\$ 2,1 milhões.
- (E) despesa financeira de R\$ 100 mil.

68. Na combinação de negócios, o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos pelos seus respectivos

- (A) valores justos da data de aquisição.
- (B) valores justos do último balanço patrimonial anterior à aquisição.
- (C) valores de liquidação.
- (D) custos históricos.
- (E) custos históricos corrigidos na data de aquisição.

Contabilidade Pública

69. Em relação ao que determina a Lei nº 4.320/64 sobre a contabilidade aplicada às entidades públicas governamentais, considere:

- I. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
- II. As autarquias devem, dentro do prazo que a legislação fixar, remeter seus balanços para os órgãos centrais de contabilidade para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário.
- III. O resultado da execução orçamentária deve ser apurado com base nas receitas lançadas e nas despesas liquidadas em um dado exercício financeiro.
- IV. A contabilidade manterá registro sintético dos bens móveis e imóveis, sendo que a identificação dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração será realizada por meio de registros extracontábeis.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II.

70. As insubsistências passivas são

- (A) variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária.
- (B) variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária.
- (C) variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária.
- (D) mutações patrimoniais entre elementos do ativo.
- (E) mutações patrimoniais entre elementos do ativo e do passivo.

71. Considere as classes do Plano de Contas a ser adotado pelos entes da federação, obrigatoriamente, a partir de 2013:

- 1 – Ativo
- 2 – Passivo e Patrimônio Líquido
- 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas
- 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas
- 5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento
- 6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
- 7 – Controles Credores
- 8 – Controles Devedores

O registro da arrecadação de uma receita tributária, quanto à natureza orçamentária da informação, utiliza APENAS

- (A) as classes 1 e 3.
- (B) as classes 5 e 6.
- (C) as classes 1, 3, 5 e 6.
- (D) a classe 6.
- (E) as classes 6, 7 e 8.

72. Considerando os procedimentos contábeis patrimoniais que deverão ser adotados obrigatoriamente pelos entes da federação até o final de 2014, quando um governo municipal paga o prêmio de um seguro de um imóvel com vigência de 12 meses, no subsistema de informação patrimonial, haverá lançamento de débito e de crédito, respectivamente, nas contas

- (A) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas e Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (B) Prêmios de Seguros a Apropriar e Caixa e Equivalentes de Caixa.
- (C) Caixa e Equivalentes de Caixa e Prêmios de Seguros a Apropriar.
- (D) Crédito Empenhado Pago e Crédito Empenhado a Pagar.
- (E) Caixa e Equivalentes de Caixa e Direitos Contratuais.



73. De acordo com a Lei nº 4.320/64 e suas alterações pela Portaria STN nº 665/2010, considere as afirmações sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais.
- I. Os ativos e passivos no Balanço Patrimonial são classificados nos grupos circulantes e não circulantes, sendo que tal classificação segrega os itens patrimoniais pela necessidade ou não de autorização legislativa para sua movimentação.
 - II. O Resultado Patrimonial do Período corresponde à diferença entre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e o valor total das variações patrimoniais diminutivas de um dado período, sendo que tais variações podem ser quantitativas ou qualitativas.
 - III. A depreciação de um imóvel é uma despesa orçamentária que reduz o valor do ativo imobilizado e o resultado patrimonial do exercício.
 - IV. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública em um dado momento, por meio de contas de ativo, passivo e patrimônio líquido, além das contas de compensação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) III e IV.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

Atenção: Para responder às questões de números 74 e 75, considere os fatos relacionados a seguir referentes ao exercício financeiro de X1 de uma determinada prefeitura:

- Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento de uma entidade pública com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 2.000.000,00.
- Lançamento de tributos no valor de R\$ 1.450.000,00, sendo que foi arrecadado o valor de R\$ 1.400.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de serviços no valor de R\$ 300.000,00.
- Lançamento e arrecadação de receitas de aluguel no valor de R\$ 50.000,00.
- Lançamento e arrecadação de multas e juros no valor de R\$ 20.000,00.
- Realização de operações de crédito para compra de bens imóveis no valor de R\$ 200.000,00.
- Abertura de créditos adicionais especiais no valor de R\$ 200.000,00.
- Empenho de despesas com: pessoal e encargos R\$ 1.100.000,00; outras despesas correntes R\$ 550.000,00, aquisição de imóveis R\$ 200.000,00; amortização da dívida fundada R\$ 100.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00.
- Liquidação de despesas com: pessoal e encargos R\$ 1.100.000,00; outras despesas correntes R\$ 550.000,00, aquisição de imóveis R\$ 150.000,00; amortização da dívida fundada R\$ 100.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00.
- Pagamento de despesas com: pessoal e encargos R\$ 1.000.000,00; outras despesas correntes R\$ 350.000,00, aquisição de imóveis R\$ 100.000,00; amortização da dívida fundada R\$ 100.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 40.000,00.
- Pagamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 280.000,00.
- Recebimento em doação de bem móvel no valor de R\$ 40.000,00.
- Recebimento de cauções no valor de R\$ 60.000,00.
- Reavaliação de terrenos, aumentando o seu valor em R\$ 42.000,00.

74. No Balanço Orçamentário dessa Prefeitura, referente a X1, houve

- (A) excesso de arrecadação de R\$ 20.000,00.
- (B) deseconomia orçamentária de R\$ 30.000,00.
- (C) déficit de execução de R\$ 60.000,00.
- (D) superávit de previsão de R\$ 200.000,00.
- (E) receitas de capital de R\$ 220.000,00.

75. No Balanço Financeiro, referente a X1, a soma das receitas orçamentárias e dos ingressos extraorçamentários foi, em reais,

- (A) 2.030.000,00.
- (B) 2.090.000,00.
- (C) 2.410.000,00.
- (D) 2.470.000,00.
- (E) 2.552.000,00.

**Finanças Públicas**

76. Determinado ente, diante da insuficiência de caixa no início do exercício financeiro para cumprir com as despesas destinadas à segurança pública, atendendo a todos os requisitos exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, realiza operação de crédito por antecipação de receita, contraindo empréstimo com instituição financeira. Esta medida adotada pelo ente é considerada
- (A) crédito adicional extraordinário.
 - (B) receita derivada.
 - (C) receita originária.
 - (D) entrada provisória.
 - (E) empréstimo compulsório.
-
77. Determinado Município instituiu, por lei, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com as seguintes características: o fato gerador é a propriedade, posse ou domínio útil de bem imóvel localizado na zona urbana do Município; o sujeito passivo é o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil; a base de cálculo é o valor venal do imóvel; a alíquota é estipulada em faixas de valor, variando de 0,25% a 1,5%, na medida em que aumenta a base de cálculo. Quanto às alíquotas, este IPTU pode ser classificado como
- (A) fixo.
 - (B) proporcional.
 - (C) progressivo.
 - (D) regressivo.
 - (E) seletivo.
-
78. Município institui o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre serviço advocatício com valor de R\$ 1.500,00 por ano. A fixação do ISSQN, nestes termos, é inconstitucional por violar o princípio da
- (A) anterioridade.
 - (B) capacidade contributiva.
 - (C) irretroatividade da lei tributária.
 - (D) legalidade.
 - (E) uniformidade geográfica.
-
79. Sobre os tipos de tributos, considere:
- I. Tributo que não admite vinculação de receita a órgão, despesa ou fundo, salvo algumas exceções constitucionais, tais como a vinculação de recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.
 - II. A concessão de alvará ou permissão pode ser remunerada por esta espécie de tributo.
 - III. Tem receita vinculada para custear atividades de assistência social, saúde e previdência social.
 - IV. Pressupõe que, em virtude de uma obra pública, haja valorização imobiliária para que se configure o seu fato gerador.
- Os itens I, II, III e IV caracterizam, respectivamente,
- (A) taxa, imposto, taxa e contribuição de melhoria.
 - (B) contribuição social para seguridade social, taxa, contribuição de melhoria e imposto.
 - (C) imposto, contribuição de melhoria, contribuição social para seguridade social e imposto.
 - (D) contribuição de melhoria, imposto, contribuição social para seguridade social e taxa.
 - (E) imposto, taxa, contribuição social para seguridade social e contribuição de melhoria.
-
80. Se houver o aumento de um ponto percentual (1%) na alíquota do ICMS sobre um determinado produto, no sistema de concorrência perfeita este aumento
- (A) será totalmente refletido nos preços e o consumidor arcará com o seu custo, por ser o ICMS um imposto indireto.
 - (B) deverá ser incorporado no custo operacional, sem repasse ao consumidor final, porque o ICMS é um imposto direto.
 - (C) corresponderá ao dobro para o consumidor final, ou seja, dois pontos percentuais, em virtude da tributação indireta.
 - (D) acarretará um reflexo assimétrico nos preços, não podendo haver repasse ao consumidor final por tratar-se de tributação direta.
 - (E) proporcionará, na prática, uma redução do preço final ao consumidor, com efeito regressivo, por ser o ICMS um imposto indireto.